SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de dezembro de 2021;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Aprovar o projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2022, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2022;

2.3 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro – Prorrogação do prazo para o exercício das competências previstas no referido diploma legal – Discussão e deliberação;

2.4 - Relatório Anual de Atividades do ano de 2021, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Muito boa noite Senhores Deputados e Senhoras Deputadas e todos os demais presentes aqui na sala. Está aberta a sessão. Parece-me que temos quórum. E começávamos por fazer a chamada.

(A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais).

(Faltaram os Senhores Deputados: Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral e Daniel Paulo Abrantes Marialva).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Verifica-se que faltam uma Senhora Deputada e um Senhor Deputado, sendo uma delas a Segunda Secretária, se o Plenário se não opuser, para composição da Mesa chamaria a Maria Antónia Ferreira Casquilha Figueiredo. Importa-se?

Agora que temos a composição da Mesa, previamente, temos que pôr outra questão dado que houve um Senhor Deputado da Bancada do Partido Socialista que renunciou e depois de haver o seguinte, que também renunciou, a aceitação da Senhora Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro, tomará posse agora no início dos trabalhos para que depois possa participar nesta Assembleia.

Portanto, está aqui a tomada de posse. Quer ler?

A Senhora Primeira Secretária:

ATA AVULSO

TOMADA DE POSSE DE MARIA DA CONCEIÇÃO VIANA SACRAMENTO MONTEIRO

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Edifício Multiusos de Nelas, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, compareceu Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro para tomar posse como Membro Efetivo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Senhor Carlos Manuel Monteiro Almeida, Membro Efetivo do Partido Socialista, apresentou renúncia ao mandato, ao abrigo da Lei e nos termos do artigo 54.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Nos termos do artigo 55.º, do mesmo Regimento, tomou posse Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro como Membro efetivo da Assembleia Municipal de Nelas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(Esta Ata Avulsa foi assinada pela Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Maria José Serol de Brito Correia e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas, Dr. José Albuquerque Vaz)

A Senhora Deputada Maria Conceição Monteiro:

TERMO DE POSSE

Eu, Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro, abaixo assinada, juro pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções em que fui investida.

(Este Termo de Posse foi assinado pela Senhora Deputada Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas, Dr. José Albuquerque Vaz).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, passaríamos, agora ao ponto 1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de dezembro de 2021. Todos os Senhores Deputados receberam a ata que consta de 49 folhas. E, portanto, a mesma encontra-se em discussão e aprovação. Se alguém tem alguma questão a colocar, faz favor. É para corrigir essa parte. Ela é Cilene e aqui está Celine. Cilene. Ninguém se quer pronunciar?

Isto não tem minuta de aprovação. Portanto, quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada. Duas abstenções, porque não estiveram na Assembleia anterior. Portanto, a ata foi aprovada com duas abstenções, das Senhoras Deputadas Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro e Alexandra Maria Lopes Monteiro e vinte e quatro votos a favor.

Então, passamos ao ponto seguinte. 1.2 - Leitura do Expediente. Os Senhores Deputados também receberam toda a correspondência que foi recebida e expedida.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail da Senhora Deputada Municipal Alexandra Monteiro comunicando a sua impossibilidade em estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2021, em virtude de ter estado em contacto com uma pessoa que testou positivo à COVID-19 nessa data;

- A Senhora Deputada Maria José Serol comunicou telefonicamente que não viria à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2021, em virtude de se encontrar em isolamento profilático;

- Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Orçamento do Exercício Económico de 2022;

- E-mail, datado de 26 de janeiro de 2022, de Manuel Ferreira Ramos, ANAM, Centro de Valorização de Eleitos Locais – Linha Territórios Inteligentes/Linha Regenerar Territórios;

- E-mail, datado de 10 de fevereiro de 2022, da empresa MD3, situada em Leiria, no âmbito do desenvolvimento web, design e marketing digital – Solicita reunião online;

- E-mail, datado de 15 de fevereiro de 2022, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Envio de Relatório de Atividades do ano de 2021;

- E-mail, datado de 18 de fevereiro de 2022, do Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Monteiro Almeida, enviando em anexo uma carta dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pedindo a renúncia ao mandato;

- Ofício n.º 1290, datado de 18 de fevereiro de 2022, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assunto para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 25 de fevereiro de 2022;

- Ofício n.º 1349, datado de 21 de fevereiro de 2022, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de outro assunto para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 25 de fevereiro de 2022.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 17/2021, datado de 28 de dezembro de 2021, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 27 de dezembro de 2021;

- Ofício n.º 01/2022, datado de 15 de fevereiro de 2022, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Gostaria de salientar apenas que foi recebido da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões o Orçamento do Exercício Económico de 2022. Mas é um documento muito extenso com noventa e tal folhas. Se alguém tiver interesse, eu tenho uma cópia em papel, poderei facultar a alguém se tiver interesse em apreciá-lo.

Depois, temos aqui um e-mail, datado de 15 de fevereiro de 2022, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, que faz parte daqui da nossa Agenda de Trabalhos, a seguir.

Um e-mail, datado de 18 de fevereiro de 2022, do Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Monteiro Almeida, pedindo a renúncia ao mandato;

E uma comunicação por escrito do Senhor Deputado Daniel Marialva a dizer que não podia estar presente porque estaria em confinamento.

A Senhora Deputada e Segunda Secretária da Mesa mandou-me uma mensagem, eram 5 horas, ou 6 horas da tarde, também a informar que não poderia estar presente.

De maneira que eu entendo que a Mesa poderá justificar as duas faltas destes dois Senhores Deputados, se não houver oposição de ninguém. Não há oposição de ninguém?

E em termos de correspondência é tudo.

E passaríamos, então, ao terceiro ponto do Período de Antes da Ordem do Dia que são os assuntos diversos de interesse para o Município. Se alguém tiver alguma sugestão, ou algum requerimento, ou alguma exposição, faz favor de dizer. Pedidos de esclarecimentos.

Então, por ordem de inscrição, Senhor Deputado Borges, faz favor.

O Senhor Deputado Borges dos Santos:

- Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Cãmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

Ex.m.º Público,

Muito boa noite.

Vou fazer uma intervenção muito curta, mas que está na Ordem do Dia porque se prende com a seca. Neste momento, nós estamos já numa seca bastante severa nalgumas partes do País e tudo leva a crer que vai acontecer também na nossa zona.

Portanto, o Governo já definiu um Plano de Contingência para as Barragens na produção de energia e o que eu perguntava era se a Câmara já está a pensar nalgum Plano de Contingência, ou se já tem, ou se está a pensar fazer. A pergunta prende-se com o facto de as Câmaras de Viseu e Mangualde já andarem na Comunicação Social a dizer que vão pedir, ou pediram, ao Governo uma Barragem nova e nós não sabemos se a Câmara de Nelas está envolvida nesse processo, ou não. Portanto, se não está, se calhar, é bom que passasse a estar porque nós estamos no fim da linha e se faltasse a água para eles também vai faltar para nós, com certeza.

Por falar em faltar a água, há uma situação que eu gostava que me fosse esclarecida, que é o grande reservatório. Seja qual for a solução, passa sempre por armazenarmos água. Temos um grande reservatório que está concluído, que foi inaugurado, que na altura tinha um problema de energia porque ainda não tinha vindo a energia em média tensão, como estava previsto. Mas isto já foi em julho, ou agosto.

É verdade que a EDP demora sempre n tempo. Todas as ETAR,s tiveram um atraso significativo por causa da falta de energia. Aqui está a acontecer a mesma coisa, penso eu, ou será outro motivo? Não sei. Portanto, gostava de saber qual é, de facto, o real motivo. Se é a EDP que continua a não fornecer a energia, como deveria ter feito, ou se há outro motivo. Se, de facto, é isso, se calhar é preciso pressionar a EDP para que o faça porque foi sempre necessário andar a pressionar para que as ligações fossem feitas já muito atrasadas nessa situação.

Portanto, passando da água às águas residuais, é outro problema que me preocupou neste período e são as notícias preocupantes que andaram na Comunicação Social e nas Redes Sociais, inclusivamente, um Comunicado na página da Câmara Municipal. Portanto, a Câmara Municipal, num Comunicado assume que está a mandar para o leito do rio, a Ribeira de Travassos, água não tratada, ou indevidamente tratada. É mau. É um mau cartão-de-visita para o Concelho de Nelas.

Portanto, a água já estava a ser tratada e com parâmetros aceitáveis. Pelo menos foi isso que nos mostraram quando foi da inauguração da ETAR. Havia, de facto, uma espuma que os habitantes de Beijós contestaram, mas que ficou resolvido. Portanto, passados uns dias, estava resolvido.

Pelo que me parece, essa situação voltou a acontecer agora e a justificação que o Executivo apresenta é que não foi tratado porque a empresa que fornecia os reagentes não forneceu por causa de falta de pagamento. Fiquei preocupado e pensei: Mas, afinal, qual será a falta de pagamento? É alguma dívida muito grande que está muito atrasada, tendo em atenção que

não havia pagamentos em atraso na Câmara? Portanto, estavam todos dentro do período possível para pagamento.

Fui ver o que é que, de facto, se passava e o que eu encontrei foi apenas uma dívida de pouco mais de 4.000,00 euros, 4.368,25 euros. Será que há outra dívida nesta situação? Porque, se de facto, a dívida é esta tenho pena, mas não podemos dizer que isto é um motivo para não tratarmos as águas residuais devidamente.

Portanto, gostava de saber, de facto, ou se há outro problema, ou outros problemas porque o verão está a chegar e o reservatório é fundamental num ano como este principalmente.

Portanto, no mesmo comunicado que a Câmara emitiu da reunião que teve com a Câmara do Carregal do Sal, disse que, ou prevê-se lá uma nova reunião no prazo de 15 dias. A reunião foi no dia 11. Portanto, não sei se já aconteceu, ou se está a acontecer. Se já aconteceu, se nos podem dar conta dos resultados da mesma. Se não aconteceu, pelo menos se nos podem dar conta dos resultados das análises feitas aos efluentes, neste momento, que estão a ir para os rios se, de facto, já vão nos parâmetros legais e aceitáveis.

Claro que não são tudo más notícias. Também há boas notícias. E uma boa notícia foi a abertura do concurso para o projeto de Reutilização das Águas Residuais para uso na indústria. Portanto, é fundamental. Ainda bem que a Câmara já tomou esse assunto em mãos e que vai para a frente com a reutilização porque, se calhar, nos próximos anos, se o tempo continuar como tem estado, é a única forma de nós conseguirmos abastecer de água, tanto a LusoFinsa, como a Borgstena que, como sabemos, gastam milhares de metros cúbicos de água por mês.

Pronto. E, era isto. Mais nada de especial. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer prestar já esclarecimentos. Se vamos ouvir todas as intervenções e depois responde no final. É melhor, não é? Então, quem se inscreveu, Pedro Pinto. Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Boa noite a todos, então, na pessoa do Senhor Presidente de Mesa.

Eu tenho aqui 4, ou 5 pontos. O primeiro ponto é enaltecer a prontidão e a rapidez com que foi executada a Estrada Carvalhal Redondo – Canas de Senhorim.

Em segundo lugar, eu, parece que sou o mensageiro dos louvores. Uns por boas notícias e outros por más notícias.

Eu propunha um Voto de Louvor aos Soldados da Paz do Concelho de Nelas. E eu vou ler:

Reunida neste dia 25 de fevereiro de 2022, manifesta a Assembleia Municipal de Nelas o seu reconhecimento e gratidão pelos Bombeiros do nosso Concelho após os graves acontecimentos do passado dia 16 de fevereiro, de que resultaram graves ferimentos em alguns dos Bombeiros de Canas de Senhorim

Naquela fatídica data e no cumprimento do seu dever para com a Comunidade, uma Equipa dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, tendo ocorrido ao socorro na localidade de Vale de Madeiros, numa ocorrência de incêndio urbano, com indícios criminais, viram a sua integridade física posta em causa fruto de uma sequência de explosões e outros.

Na presente data e na sequência deste triste acontecimento, ainda se encontram hospitalizados dois Bombeiros, um em estado ainda muito grave.

Neste contexto e desejando as rápidas melhoras a eles, prestamos o nosso sincero agradecimento àqueles que, noite e dia, estão disponíveis para auxiliar a população.

Pelo Grupo PSD/CDS, Pedro Pinto.

Eu tenho aqui também um projeto de um Regulamento, visto, cada vez mais, a escassez do voluntariado também no nosso Concelho e nós para termos voluntariado nos Bombeiros Voluntários também temos que lhes dar alguma coisa. É importante dar para depois também podermos receber enquanto população.

Eu tenho aqui um projeto que depois vou deixar à Mesa e ao Executivo Municipal para poder ser estudado e analisado e na próxima Assembleia. Eu só ver ler aqui dois, ou três pontos para que depois, não vou porque isto é um bocado vasto e ia perder aqui um bocado:

PROJETO DE REGULAMENTO DA CONCESSÃO DE APOIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE NELAS

A proteção de vidas humanas e bens em perigo tantas vezes conseguidas por atos de coragem e abnegação dos bombeiros deve ser credora de incondicional reconhecimento da comunidade e das suas instituições.

O Regulamento de Concessão de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários no Concelho de Nelas constitui-se como um instrumento de carácter social instituído como forma de reconhecer, proteger e fomentar o exercício de uma atividade com especial relevância para a comunidade, em regime de voluntariado, à qual está inerente a assunção de risco em prol da segurança das pessoas e bens.

É consabido que os regulamentos administrativos enquanto normas jurídicas emanadas pela Administração no exercício da função administrativa assumem-se como verdadeiros instrumentos disciplinadores que visam regular, quer a organização e funcionamentos dos serviços, quer as relações da Administração com os particulares e bem assim com outras entidades administrativas.

Eu vou ficar por aqui porque isto é vasto e depois, se quiserem analisar, depois podem analisar.

Outro ponto que eu gostava também aqui e para o Executivo Municipal é em relação ao Seguro dos Bombeiros Voluntários. O Seguro dos Bombeiros Voluntários tem muita fragilidade. É fraco. E quem presta um serviço como os Bombeiros prestam, acho que deviam estar um pouco mais servidos de um seguro que os segurasse de algo mais e não estivessem eles que estar á espera de receber algo daquilo que eles se propuseram voluntariamente. Eles não terem que andar a pagar à frente para depois puderem receber porque já basta o prejuízo deles enquanto físico e monetário, visto que, ainda hoje e isto é um facto e temos quase a ter um Bombeiro em alta e ainda não tinha a apólice do seguro nos Serviços dos Hospitais.

Isso está tratado. Mas acho que os Serviços, não o Executivo, mas os Serviços devem ser mais céleres em resolver estas situações, assegurar e ser mais rápido em resolver essas situações e não serem as pessoas a terem que andar a tratar dessas situações de seguros.

Os Serviços Camarários estão lá para servir a população. Estão lá para servir os Bombeiros Voluntários também. E, então, esses Serviços têm que ser mais, ou alguém fazer com que esses Serviços sejam mais rápidos.

Eu deixo, então.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pois, eu ia propor a votação do Voto de Louvor. Ai, associam-se também. Sim Senhor. Muito bem. Também se associa. Então, sendo assim, não precisamos de pôr a votação. É certo? Muito bem. Ponho na mesma? Pronto.

Então o Senhor Deputado Pedro Pinto propôs um Voto de Louvor a favor dos Bombeiros Voluntários de Nelas. Vamos pôr a votação. Ai, de todos, de todos, do Concelho.

Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovado por unanimidade de todos os que estão porque faltam dois. Muito bem.

Então, a terceira intervenção. Senhor Deputado André, faz favor.

O Senhor Deputado André Borges:

- Ora, boa noite a todos.

Senhor Presidente,

Membros da Mesa,

Senhores Deputados Municipais,

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores,

Público em geral.

Começo esta minha intervenção a parabenizar o Grande Hotel das Caldas da Felgueira pela conquista de mais uma estrela, passando, assim, a Hotel de Quatro Estrelas. Mesmo com o abandono por parte do Município nos últimos anos ao longo de vários mandatos, esta conquista mostra a vontade de desenvolver e promover o turismo termal e regional. O que merece uma maior e melhor empenho por parte da Autarquia para o desenvolvimento das Caldas da Felgueira, sendo urgente a resolução do problema da Estrada Nacional n.º 231-2, que liga Caldas da Felgueira a Vale de Madeiros. Estamos a falar, acima de tudo, de uma questão de segurança rodoviária.

Como as obras junto ao parque começaram, seria vantajoso a instalação de um Parque Infantil e de manutenção sénior. Assim como a Requalificação do Ringue Desportivo. É preciso dotar Caldas da Felgueira de infraestruturas que atraiam, cada vez mais, visitantes. Pergunto: Já houve avanços para resolver o problema da Estrada?

Um tema que merece toda a atenção também é a extração do lítio. Uma das áreas aprovadas para avançar com concurso de exploração engloba parte do Município de Nelas. Quero questionar quais as informações que têm sobre o impacto dessa exploração no Concelho e qual a posição do Executivo sobre esta matéria.

Percorrendo a Estrada Nacional n.º 231, que atravessa o Município, há duas localidades sem qualquer passadeira, Vilar Seco e Póvoa da Roçada. Sobre Vilar Seco é uma localidade onde os seus habitantes são obrigados a atravessar, ou percorrer a estrada, pelos mais diversos fins, sem qualquer segurança. Questiono o Executivo sobre a possibilidade de colocação de bandas sonoras, passadeiras, reforçar a sinalização e a colocação de placas sinalizadoras de início e fim de localidade.

O entroncamento sito à Nogueira tem um alto grau de perigosidade e é importante a instalação de meios para reduzir eficazmente a velocidade.

Gostaria também de saber se há previsão de pavimentação da Estrada do Prado e da Rua da Fata, assim como alertar para a falta de berma nivelada na Estrada da Orca onde um pequeno descuido poderá causar um despiste com consequências imprevisíveis.

Tendo tido conhecimento de esgotos a correr a céu aberto na Ribeira da Póvoa da Roçada e que este problema foi transmitido à Autarquia, quero questionar sobre o funcionamento das ETAR,s e Estações Elevatórias do Concelho. Estão a funcionar com problemas? Se são descargas acidentais? Ou não estão a funcionar, de todo?

Vivemos tempos onde a seca dá mostras de ser uma perigosa realidade neste verão, qual o estado do grande reservatório que tão publicitada foi a sua construção? Já está pronto para servir as populações do Município e minimizar os efeitos que a seca poderá ter junto à população?

Por último e tendo sido abordado por um morador junto à Estação dos Correios pela falta de estacionamento, sabendo que este assunto foi já apresentado ao anterior Executivo e com promessas de resolução, até hoje nada, tendo sido até autuado enquanto descarregava as compras.

Sugiro a criação de estacionamento público junto aos CTT, reduzindo os lugares vagos para táxi, visto que estão 7 lugares reservados para táxis e não me lembro até hoje de ver mais de três táxis estacionados e há já muito tempo. Estacionamento com tempo limitado serviria os Utentes dos Correios, Clientes das Lojas existentes, assim como o próprio morador em questão.

Falando em estacionamento, seria conveniente, acho eu, a alteração de lugar reservado a pessoa com mobilidade reduzida junto à Caixa Geral de Depósitos. Não faz qualquer sentido ter o mesmo espaço reservado do que os restantes lugares e ainda por cima está junto ao café, o que obriga a pessoa a ter um carro do lado esquerdo e não ter espaço para abrir a porta e pôr uma cadeira para sair do carro. A solução é estar estacionado de marcha atrás, o que está fora de questão.

É preciso também rever a circulação na Rua da Praça pois com carros estacionados somos obrigados a circular muito próximo das portas dos estabelecimentos, o que aumenta o perigo de atropelamentos.

Termino relembrando que passados 2 meses após a minha chamada de atenção sobre os arbustos no separador central na Avenida do Centro Escolar estarem a invadir a via, os mesmos não foram podados até hoje. Acho que dois meses é tempo mais do que suficiente para se ter realizado essa manutenção.

Reforço, uma vez mais, a necessidade de colocação de cabines nas paragens dos autocarros.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Deputado João Lopes Ferreira:

- Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, todos os Membros da Assembleia Municipal.

Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa, todos os Vereadores do Executivo Municipal.

Ex.m.º Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Eu tinha aqui e conforme o meu Companheiro Pedro Pinto fez, a questão do Voto de Louvor é, extremamente, merecido. Eu tinha aqui e iria manifestar a minha e talvez a nossa total solidariedade, nomeadamente com os Bombeiros de Canas de Senhorim, com o seu Corpo Ativo e Órgãos Sociais, pelos acontecimentos dos quais resultaram ferimentos graves no Chefe, que agora, creio eu, está Comandante em substituição, Luís Abrantes.

Mas isto só não chega. Não chega porquê? Nós temos assistido constantemente a que os Soldados da Paz e reforço, Soldados da Paz, são agredidos, quer verbalmente, quer, por vezes, fisicamente, nas ações que eles estão ao serviço da população.

Portanto, compete-nos a nós, como Cidadãos e temos aqui digníssimos Juristas ilustres, que nos podem aceder, que todos façamos força para que qualquer agressão que seja feita a qualquer Membro dos Corpos de Bombeiros seja considerado, imediatamente, crime público e não passível de ser participação porque aquilo que foi feito horroriza-nos a todos. Mas há várias situações em que os Bombeiros também atuam e que, por vezes, são maltratados, são agredidos e nada acontece porque tem que se fazer uma participação. Depois pedem desculpa. Mas, a seguir,

vão novamente. Portanto, eu acho que isso devia ser e temos aqui muita gente de todos os sítios, considerar fazer força para que isto fosse considerado um crime público.

De seguida, um aspeto de segurança. Já se tem falado e já na última, nas últimas Assembleias, Nelas, nós verificarmos que somos condenados, estamos condenados quase ao esquecimento. Isto, parece-me premeditado por parte de quem nos circunda, E por parte do Poder Político que tenta abafar o Concelho de Nelas, nomeadamente, eu, se quiser eliminar alguém é não lhe dar meios de comunicação. Fico isolado. Eles são difíceis. E nós sabemos que temos duas Estradas importantes e eu circulo muitas vezes por elas, a E.N. n.º 231, de Viseu – Pedras Lavradas, que é um autêntico suplício durante as horas de maior movimento.

É, extremamente, perigosa. Mas nada é feito. O Senhor Presidente já falou, ainda na última, que nada é feito, nem pelo Governo. Toda a gente promete. Chegam aqui, fazem promessas e nada fazem. Eu acho que isto devia ser uma ação de todos nós e não só uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PPD-PSD e do CDS, mas de todos nós, para a melhoria das vias rodoviárias, nomeadamente, a E.N. n.º 231, até a segurança dela, ali logo a seguir a Algeraz, que necessitava de rails, que já lá houve mortes. Aquilo é, extremamente, fundo, como há outras coisas. Em outras situações estão colocados. Em zonas mais perigosas não estão colocados.

Outra situação e, infelizmente, que já é recorrente, são os acidentes na E.N. n.º 234. Ainda agora no dia 18 a Estrada esteve interrompida desde as 4 horas da manhã até perto das 9 horas, interrompida à circulação. Vejam o inconveniente para quem é, para os transportes, para tudo, o que motiva um acidente nas nossas estradas.

Mas muita gente e muitas pessoas continuam a assobiar para o lado. Não o Executivo, nem quem está, mas toda a gente e diz que no PRR não está, não está. Vamos ver porque é que o IC12 e desculpem todos, ficou em Canas de Senhorim e não foi ligado a Mangualde. Isso é que nós devíamos questionar. Mas não questionamos. Contentamo-nos com pequenos doces que nos dão e aquilo que é importante para o desenvolvimento da nossa Terra, que são os meios de comunicação, não fazemos, absolutamente, nada.

De seguida, tinha ainda para falar no estacionamento. O meu companheiro falou nos estacionamentos, em Nelas que, por vezes, são caóticos e há situações aí, por vezes, também a própria população devia ser sensibilizada e está no Código da Estrada, onde dois carros não podem passar um pelo outro, o estacionamento é proibido. Mas há pessoas até a estacionarem em plena curva. Há zonas de cruzamento, que é uma vergonha haver Cidadãos e próximo de Escolas, a estacionarem em zonas que são, extremamente, perigosas.

Também queria falar e aqui apenas para dizer, dar apenas uma pequena recomendação. Não é que necessite das minhas recomendações, mas era importante porque o Senhor Deputado Borges falou na poluição da Ribeira de Travassos. Isto já vem desde a última, quando V. Ex.ª era Presidente da Assembleia Municipal.

É claro que isso incomoda as populações, todos nós sabemos. Mas era bom que este Executivo e que teve as reuniões que, atempasse, ou seja, desse conhecimento, atempadamente, daquilo que se passava e o porquê da não descontaminação da própria Ribeira. Isso era importante. Essa informação era importante para toda a gente saber em que ponto da situação estamos em relação a ela porque ficamos mal vistos e quando contrariamos as coisas é um bocado complicado depois dizermos aquilo que não podemos resolver. Mas somos todos Ecologistas de vez em quando, mas continuamos a poluir.

Antes ainda de terminar queria referir o seguinte: Eu, não é por mim, mas já vi, há placas de toponímia que estão apagadas e era conveniente que fossem avivadas em determinadas ruas. E há uma rua, que é uma das ruas principais de Nelas, que eu não consigo discernir uma única placa,

que é a Rua das Flores, eu moro lá, não é por causa de mim, mas é, até as pessoas, às vezes, já chegaram lá a perguntar-me onde é que mora fulano tal e onde é que é a Rua das Flores, porque em Nelas, ou no Concelho de Nelas, há duas, ou três Ruas das Flores. Uma até é em Algeraz. E na rua principal de Nelas não existe a Rua das Flores que vai, mais ou menos, das Pedras Marradas até ao Campo de Futebol, não tem marcas nenhumas.

E, por último e para acabar, queria também transmitir a minha solidariedade com o Povo da Ucrânia. As pessoas dizem assim: O que é que isto tem a ver com Nelas? Tem. Porque a invasão russa coloca em causa a ordem internacional. Faz com que a Europa retroceda aos anos negros da sua História, com implicações para todos nós.

Nós vamos ter implicações quer na alimentação, quer nos combustíveis. Portanto, isto, a nós, também nos afeta. Portanto, aqui transmito a minha solidariedade e creio que será extensível a todos nós, com o Povo Ucraniano.

Tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quer ir ao palco? Faz favor.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Era algo que trazia em mente e isto é mais uma ação de sensibilização pelo Executivo. Este último acidente que se deu em que a Estrada esteve cortada desde as 4 horas da manhã onde nós, Bombeiros, estivemos a intervir, o trânsito esteve todo a ser condicionado e dirigido para dentro de Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo. Desde as 5 horas da manhã até às 9 horas da manhã o trânsito, dentro dessas localidades, Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo, esteve um caos. Por desconhecimento de causa, não sei se os meios da Proteção Civil Municipal foram activados. Desconheço.

Mas era importante nestas situações e reforçarmos a sinalização do sentido. No caso da GNR que tem que meter o trânsito para dentro de Canas de Senhorim e de Carvalhal Redondo e Algeraz, as placas de sinalização deviam estar mais bem explícitas para os camiões porque nós tivemos situações complicadas no Centro Histórico de Canas de Senhorim com camiões a circularem por lá e a ficarem presos. Quer dizer que as placas não estão, se calhar, devidamente, a sinalizar o trânsito porque a E.N. n.º 234 não vai ficar resolvida quanto antes. Mas era importante nós reforçarmos a sinalização no sentido de canalizarmos o trânsito para uma via tipo Canas de Senhorim – Viaduto – Urgeiriça – Carvalhal Redondo. Isso era importante que era para não mandarmos o trânsito pesado para dentro de Canas de Senhorim. É só.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado Pedro Pinto. Então, agora, Senhor Deputado Rui Costa, faz favor. Senhor Deputado, seja breve porque está a esgotar o tempo deste Período de Antes da Ordem do Dia que são sessenta minutos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Com certeza, Senhor Presidente.

Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Estimado Público.

Nesta época que atravessamos vivemos uma tradição nacional, principalmente concelhia, que é o Carnaval. No queria deixar passar esta altura e dizer às Associações, tanto de Canas de Senhorim, como de Nelas que, normalmente, fazem grandes esforços no Concelho para dar continuidade às tradições que temos e que, devido a situações de confinamentos, pandemia, normas da Direção-Geral de Saúde, não puderam realizar as atividades que, normalmente, eramos brindados no nosso Concelho.

A elas dou o meu profundo agradecimento porque, realmente, tentaram ao máximo e até com este Executivo tentar fazer algo que pudesse ajudar um bocadinho nesta fase de confinamento e das vicissitudes que assim o exigem. Portanto, a elas gostava de expressar o meu muito obrigado.

Depois, referir outra situação que é a seca no País. Realmente a seca no País toca-nos a todos. Toca-nos a todos e eu queria relembrar que, há quase 5 anos, em 2017, tivemos os incêndios. Grande problema. Enorme problema. O que eu perguntava era se este Executivo encontrou algum Plano Estratégico para esses problemas, tanto dos incêndios, como das secas.

Tivemos grandes problemas na Barragem de Fagilde. Várias situações foram aqui ditas, o que fazer, o que não fazer. Será que existe algum Plano Estratégico sobre esta situação? Já passaram vários anos. Vamos hoje chegar aqui e perguntar o que é que vamos fazer amanhã? É bom. Temos que o fazer amanhã. Mas será que não o tínhamos que fazer no passado? Será que não devíamos ter acautelado esse problema. E não fazer uma coisa, que é um grande reservatório de 4.000 m^3, que foi cheio de água, que foi cheio de água e que vai ter que ir para o esgoto porque a água não pode ir para o consumidor? Porquê?

Porque o reservatório ainda hoje não funciona, foi inaugurado. E vêm aqui de pompa e circunstância dizer: Foi inaugurado. Foi inaugurado, tal como a ETAR III. E digo-lhe a si: Tal como a ETAR III e que hoje foi aqui dito que já na altura deitava espuma para a Ribeira. Portanto, ora vejamos, tudo o que foi inaugurado, nada funciona.

Senhor Presidente, peço-lhe que diga, que diga a esta Assembleia que, realmente, nada funciona, inclusivamente, as várias dívidas que apareceram na Câmara depois disso. Agora é assim. Olhe, peço imensa desculpa, se quiser depois vem aqui. Está bem?

Senhor Presidente da Câmara, depois temos, esta não foi inaugurada, esta não foi inaugurada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado Rui Costa, atenção ao tempo que já ultrapassou mais de 5 minutos.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Posso concluir?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Conclua, então.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Outra situação, esta não foi inaugurada que é a Rotunda da Borgstena. Eu queria perguntar a este Executivo como é que estão a parte dos desníveis porque, realmente, é complicado e a envolvência da obra. Deparei que a obra foi executada. Existe lá um terreno que tem um desnível, um muro abaixo. Será que isto foi contemplado nas obras? Será que não vamos nós ter que pagar esta situação à posteriori? Será mais uma de trabalhos a mais? Da Rotunda da Borgstena, sim, sim, Senhor Presidente.

E, já agora, diga-me outra situação. Em termos de Mercado Municipal de Nelas, como é que estamos de trabalhos a mais? Será que as coisas foram realizadas com projeto como deve ser?

Ou foram feitas assim de qualquer forma e depois temos que nós, mais uma vez, pagar, pagar aquilo que as pessoas que lá estavam deveriam ter contemplado e dito nesta Assembleia? Porque chegamos aqui, aprovamos coisas e depois temos que pagar mais.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, peço-lhe que conclua. Esgotámos o nosso tempo para este Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Pronto, Senhor Presidente, já terminei. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. E depois ainda temos os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara a todos os intervenientes. Então, dava, agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Obrigado, Senhor Presidente. Espero que tenha tempo suficiente para responder às questões todas.

Boa noite a todos.

Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia,
as Senhoras Secretárias,
as Senhoras e os Senhores Vereadores,
as Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia,
os Senhores Presidentes de Junta,
o Distinto Público.

Então, eu vou tentar responder às perguntas todas que foram formuladas. Se, eventualmente, no meio das questões todas que foram colocadas, houver alguma que não seja, cabalmente, respondida, estejam à vontade para replicar, se assim o Senhor Presidente da Assembleia o autorizar, para voltarmos ao assunto.

Eu, antes de responder, gostava também de falar sobre seis pequenos assuntos, de uma forma que, espero eu, lapidar.

Uma tem a ver com a questão de nos associarmos, enquanto Executivo, também ao Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários do nosso Concelho, aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas por causa do incidente que ocorreu em Vale de Madeiros. E, naturalmente, associarmo-nos também aos Bombeiros que ficaram feridos e aos que se encontram hospitalizados e têm também tido um acompanhamento da Ação Social, do Executivo, em tudo que também é necessário e da Proteção Civil. Naturalmente que esse Voto de Louvor e todas as intervenções que foram nesse sentido, associamo-nos, naturalmente, a elas. E também, na próxima reunião de Câmara, iremos propor um Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários.

A segunda questão, costuma ser recorrente, mas ele também merece. Tem a ver com o André Coelho, que também propusemos um Voto de Louvor na reunião de Câmara de 14 de fevereiro por mais um momento alto na carreira dele, mas que também o nome do nosso Concelho esteve sempre bem presente como um dos grandes Embaixadores do Concelho.

A terceira, para dar a informação que o Município se associou, já que estamos a falar disso, aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas para a criação da segunda Equipa de Intervenção Permanente, a segunda EIP nas duas Corporações.

A quarta questão, para dizer que na reunião da Câmara de 14 de fevereiro foi aprovado, já aqui foi falado, o projeto da Reutilização de Águas Residuais na ETAR de Nelas III. É um projeto que foi consensual. Houve projetos no mandato anterior que não foram tanto, umas pela forma. Lembro, por exemplo, das ETAR,s que nós queríamos votá-las à parte e votaríamos

favoravelmente e foram com outros projetos que nós não concordámos. Este, aqui, mereceu um amplo consenso e também não poderia ser de outra maneira. O processo já foi lançado e esperamos que se consiga cumprir tudo porque temos prazos para cumprir derivados do PO SEUR e da obrigatoriedade de termos a infraestrutura concluída em junho de 2023, que é uma prorrogativa do Programa.

Aproveito para desejar à Senhora nova Deputada da Assembleia Municipal que tomou posse, um bom mandato também.

A outra questão tem a ver com a água. É transversal. Vou só dar algumas informações. Voltarei a isto outra vez porque houve muita gente que falou nisso. Também, como deram conta, foi procedida à limpeza e à desinfeção dos reservatórios de água por todo o Concelho, de todos os reservatórios do Concelho, de todas as localidades onde há reservatórios, de acordo com os Serviços e era uma operação que não era feita desde 2010. Portanto, é uma iniciativa que faz todo o sentido ser feita, particularmente, num ano onde nós temos um período de seca extrema e que vamos ter, de facto, um ano muito, muito difícil e já lá voltaremos outra vez.

O novo reservatório da água, depois seremos mais explícitos sobre essa questão, até por causa de depois responder ao que foi colocado. Mas o novo reservatório da água estará, nitidamente, implícito à questão da água e da seca, bem como a ação de sensibilização que vai ser feita e a utilização da água tratada da ETAR. A água tratada da ETAR, estamos a falar de, sensivelmente, de 1.600 m^3 a 1.800 m^3 diários, que são tratados e que são descarregados na Ribeira de Travassos. O que está a ser equacionado para ser feito até estar concluída a infraestrutura da reutilização de águas residuais é essa água ser utilizada na mesma.

Hoje tivemos uma reunião com uma empresa para fazer a reutilização desta água que já está tratada. Conseguimos aqui três coisas: uma era o gasto que há da água no consumo público ser diminuído porque deixava a empresa de fazer esse consumo e usava esta água. Deixávamos de a descarregar na Ribeira de Travassos, também por outro lado. E também haveria aqui uma questão grande em termos de impacto ambiental.

Essa questão está a ser tratada e na próxima semana, em princípio, será concretizada. Estamos a falar que uma das empresas, a Borgstena, consome cerca de 800 m^3 de água, diários. E a LusoFinsa agora um pouco mais, à volta de mil metros cúbicos de água. A ideia que havia é a reutilização de águas residuais, o projeto consiste na fertilização do Ciclo Urbano e a Sustentabilidade do Ciclo da Água para fins industriais. Até estar concluído previsivelmente em junho de 2023 a ideia que haveria era tentar utilizar a água que já está tratada, por um lado. E evitar que ela também fosse descarregada, mesmo que tratada, na Ribeira de Travassos. E esta possibilidade é fortemente plausível tecnicamente com a Borgstena, por uma questão de proximidade. Com a LusoFinsa nem tanto porque obrigaria a uma logística muito grande que foi como a da Barragem de Fagilde com camiões cisterna.

Não estamos a falar numa carga muito pesada, mas é uma questão que está em cima da mesa, inclusivé a possibilidade de fazer uma charca para aproveitamento da água para um ponto dos Bombeiros porque vamos ter um ano, particularmente, também complexo e também poderia ser uma fonte de apoio. Já se falou nisso também. Mas o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios também obriga a haver muitos pontos de água e poderia ser criada ali uma charca também com as águas que estão tratadas.

Da mesma maneira, depois poderei ser redundante nisto. O novo reservatório tem, atualmente, cerca de 2.500 m^3, de acordo com os Serviços da Fiscalização, 2.500 m^3 ainda dentro do reservatório, que não são para consumo humano. Está imprópria por causa da questão

bacteriológica, como toda a gente sabe, mas poderão servir, não invalida, por exemplo, para fazer as regras municipais e essa água ser utilizada e não ser deitada fora. Desculpem o aforismo.

Na questão ainda da água e na questão do Plano Estratégico para a Água e estes pontos todos e a questão ligada à Barragem de Fagilde, como sabem, há um Projeto Intermunicipal de Águas, que já envolvia Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo e Viseu, a que se associou agora também o Sátão e, portanto, são cinco Municípios. Tem havido reuniões com esses Municípios. E o que foi pedido foi um esclarecimento à APA. Há aqui gente que sabe. Quase toda a gente sabe. Portanto, havia uma promessa, digamos assim, de um apoio de 80 milhões de euros para a construção da Barragem de Fagilde. Esse apoio não se concretizou ainda. E, portanto, o que foi decidido, por unanimidade, pelos Municípios foi solicitar ao Ministério do Ambiente e à APA que passasse para o papel esse protocolo do financiamento para a construção da nova Barragem.

Entretanto, também na água, que é importante, até essa questão ser resolvida porque estamos a falar, mesmo que haja esse apoio para a construção da Barragem de Fagilde, demorará um hiato temporal bem significativo até estar concluída, estão também em cima da mesa três soluções, uma situação público-privada, outra pública, outra privada completamente.

Entretanto, a escolha foi no Setor Público, com as Águas de Portugal, nomeadamente com as Águas do Douro e Paiva, que tinha preços mais apelativos para depois fazermos a distribuição da água à população. O que ficou, na última reunião, houve duas reuniões. A primeira foi para apresentação dos projetos. A segunda reunião foi efectuada na semana passada. E dessa reunião derivou que os Municípios vão solicitar então esse esclarecimento por parte do Ministério e da APA para o financiamento da construção da Barragem, por um lado. E, por outro lado, simultaneamente, encetar negociações com as Águas do Douro e Paiva para apurar custos, inclusivé, eles próprios apresentarem uma proposta de edificação da Barragem. Em termos da água era o que também aprazia dizer.

Houve também, na última semana, reuniões com o Setor da Educação, da Saúde e da Ação Social, que é um dos pontos que também está na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. Em relação à prorrogação na Área da Ação Social depois falaremos quando chegarmos lá. Como não estão aqui, eu vou falar da Educação e da Saúde, pois já entram em vigor a partir de 1 de abril deste ano, que já é bem próximo.

O Executivo e foi também opinião transversal de todas as forças políticas, quer em termos de Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, fomos sempre protelando a delegação de competências e bem. Não invalidando a opinião que se tenha, nós também a temos. Temos reservas, para não dizer que somos contra, nomeadamente na Saúde e na Educação, na delegação de competências porque é uma carga muito forte. E tem responsabilidades muito grandes e encargos que em Municípios mais pequenos, nomeadamente, a manutenção, podem ser mais complexos. Mas as coisas são como são. Não há nada a fazer. É incontornável.

Nós gostaríamos de ter prorrogação idêntica. Se há na Ação Social para 1 de janeiro de 2023, que fosse na Saúde e na Educação. Era muito mais conveniente. Mas para dar nota dessa questão da Educação e da Saúde, nós tivemos as reuniões, tanto na Educação, como na Saúde. Na Saúde o que nós temos são transferências nos Recursos Humanos, na parte dos edifícios e na parte dos consumíveis e da manutenção dos edifícios. A reunião foi com a Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, a Dr.ª Rosa Marques, nossa conterrânea e com a Dr.ª Rita Figueiredo, Diretora do ACES Dão Lafões. E o que nós temos aqui, em termos de Pessoal, estas três delegações de competências implicam a transferência de 93 Recursos Humanos a mais para o Executivo. Sendo que 90 são na Educação, 2 na Saúde e 1 na Ação Social. Aqui na Saúde são dois Assistentes Operacionais que vão passar para os Quadros. Ao contrário da

Educação onde tudo que é Administrativo passa para os Quadros da Autarquia, na Saúde só passam dois Assistentes Operacionais. O resto permanece no Ministério da Saúde, nomeadamente, os Assistentes Técnicos, os Médicos e os Enfermeiros.

Nós também aproveitámos para falar na questão do alargamento dos prolongamentos dos horários, para ajustar às necessidades. Não nos pareceu haver grande vontade nisso e a explicação que houve reportou-se ao período da COVID-19 que não pode ser tido em conta porque foi um período excecional. Mas nós voltaremos a isso também. Isto, a talhe de foice, porque também abordámos isso, assim como as Extensões de Santar e de Carvalhal Redondo, onde a Senhora Diretora do ACES disse que, brevemente, está a pensar reabrir essas Extensões de Santar e de Carvalhal Redondo. A ver vamos.

Sobre as questões da transferência de competências, além do Pessoal e de parte dos consumíveis e da limpeza que passa também e vem no envelope financeiro que nós achámos que não é suficiente para todas as responsabilidades que há, ficamos a saber, por exemplo, que é assim: A Extensão de Santar é um espaço da Santa Casa da Misericórdia e tem uma renda mensal de 262,28 euros e que esse dinheiro também vem no envelope financeiro se nós quisermos continuar com a Extensão de Santar, que está suspenso temporariamente, assim como o de Carvalhal Redondo. O de Carvalhal Redondo é um espaço da Junta de Freguesia, portanto, sem custo adicional. E, portanto, não haverá também problema nessa questão.

A questão que tem a ver aqui tem a ver com os dois edifícios das Unidades de Saúde Familiar de Canas de Senhorim que passa para propriedade da Autarquia e do de Nelas que se resolverá, de alguma maneira, um impasse grande que teve até na própria candidatura que houve para a Requalificação, que tinha a ver com a propriedade do terreno, que era omissa. Havia um problema grande, de quem é que seria a propriedade do terreno. O que nos disse a Dr.ª Rosa Marques é que a partir do momento em que é transferido o edifício, o próprio terreno depois também ficará de plena posse e resolver-se-á uma questão que durante muito tempo, durante muitos anos, não foi resolvida. Não foi resolvida também por nós, obviamente. É só que ao passar automaticamente fica resolvido.

Há a questão depois também para resolver do Contrato da Unidade de Cuidados Continuados que havia com a Santa Casa da Misericórdia, que estava lá no espaço onde funciona o Centro de Vacinação. E, depois, com as verbas muito reduzidas para a Requalificação dos edifícios, tanto da Unidade de Saúde Familiar de Nelas, como de Canas de Senhorim.

Na questão da Educação estamos a falar aí já de números bastante diferentes. Os Professores continuam afetos ao Ministério da Educação. A autonomia pedagógica não passa nada para as Autarquias. O que passa é a parte dos Administrativos e dos Funcionários. E estamos a falar dos Assistentes Operacionais e dos Assistentes Técnicos. E estamos a falar de 90 Funcionários.

Agora, o trabalho grande vai e hercúleo ser a compatibilização de processar os vencimentos também para depois a parte que tem a ver com a ADSE, com a parte social toda e todos os encargos e os seguros, também fazer a harmonização, que vai ser complexo também. E depois a questão das instalações que passam os três edifícios também para a propriedade da Autarquia, quer a Escola Secundária de Canas de Senhorim, quer a de Nelas, quer a Escola Dr. Fortunato de Almeida, a EB2/3.

Para os edifícios, o que aparece no envelope financeiro, digamos assim, desculpem lá estar no redundantismo do envelope, são 60.000,00 euros, sendo que está estimado 20.000,00 euros por cada edifício por ano para manutenção, sendo que esta verba será atribuída por duodécimos. Também está a ser trabalhada a questão da Carta Educativa que esteve parada e que

teve que ser concluída para este processo da delegação de competências, bem como do Conselho Municipal de Educação.

Dizer-vos ainda que nesta questão do envelope financeiro, além do vencimento, da ADSE e dos seguros de acidentes de trabalho, está contemplada aqui a questão do SIADAP e tem a ver também com os contratos dos apoios alimentares da Escola e do leite escolar e dos refeitórios, que vai obrigar, ou nós a fazermos uma delegação de competências às Escolas para acabar o ano letivo e o ano civil em caso também para concluir o que está contratualizado, ou nós interrompermos e fazermos contratos novos, que agora, se calhar, não faz tanto sentido e fará mais sentido concluirmos os concursos que já estão abertos. Isto em termos de delegação de competências. Eventualmente, depois, se quiserem fazer mais alguma pergunta.

Nós tivemos uma primeira ronda, digamos assim, de conversas com os representantes, com a Delegada Regional da DGESTE, que estiveram com ela e com os Agrupamentos, na parte da Educação. E, portanto, voltaremos a fazer reuniões, outra vez, quer para a Educação, quer para a Saúde, quer para a Ação Social. Se, eventualmente, como não está na Ordem de Trabalhos porque já está assumido. Mas, se, eventualmente, houver alguma questão que eu possa, de alguma maneira, esclarecer, disponham também.

Então, indo às questões que foram colocadas e indo pelas intervenções, tentando não me alongar muito, com o Senhor Professor António Borges, do Partido Socialista, o Plano de Contingência, sim. Eu não sei se, ao falar, há pouco, da água e da seca, ao mesmo tempo, se quiser que eu elabore mais, ou possa dizer mais, ou seja, está associado tudo, quer a questão do reservatório da água e já lá voltarei depois para falar, especificamente, dele, onde os Serviços e a Fiscalização e o Consórcio da construção prevê que esteja concluído em abril, mas já lá volto. Esta nota é importante para falarmos do que estará associado ao reservatório. A questão da água e também do aproveitamento da água que lá está no próprio reservatório para rega e não deitá-la, indiscriminadamente, fora.

A questão que tem a ver com a grande ETAR e o aproveitamento da água que está a ser descarregada para a Ribeira de Travassos e que pode também ser aproveitada para fins industriais já, antes mesmo do exercício de reutilização da água. A questão da ação de sensibilização e a questão do projeto supramunicipal, que não depende só de nós, mas que nós estamos incluídos. Acho que foi até o Senhor Professor Borges que perguntou sobre isso. Sim, essas reuniões têm sido feitas e têm sido finalizadas desta maneira e estão a ser feitas para que haja uma resposta já para o consumo de água porque, alegadamente, as Águas Douro e Paiva têm cota suficiente e água suficiente para abastecimento de imediato para evitar que nós tenhamos falta de água. E isso está em cima da mesa a curto prazo e a questão da Barragem já a médio e longo prazo. Não invalidando também dos pontos de água que está no Plano de Defesa da Floresta com a criação das charcas com o problema de tratamento desta água, quer da ETAR, quer do grande reservatório.

Sobre o grande reservatório de água, Professor Borges, o Senhor Professor Borges esteve lá na inauguração. E como sabe o grande reservatório de água foi inaugurado sem a parte elétrica estar completa. Portanto, foi inaugurado o espaço sem estar concluído para arranque, digamos assim. Mas mantém-se de dia e de noite. E esse problema da parte elétrica, como o Senhor Professor Borges também sabe, é um problema que se arrasta já há muito tempo, desde o início.

Primeiro, vem de conceção. A conceção, como sabem, não previa o que a Direção-Geral de Energia obrigava a que fosse a energia do grande reservatório. Era metade do que estava, não, não estou a falar na planificação, ó Dr. Fernando Silvério. O parecer que veio depois mais tarde é que nós tínhamos que fazer o reforço da parte elétrica. E o reforço da parte elétrica que era para

fazer é esse que está em cima da mesa e que, de alguma maneira, está, houve até prorrogações por causa desta questão e, portanto, o pressionar a EDP é uma questão óbvia. Mas, como o Senhor Professor Borges sabe, é o que é.

Mas, é assim: o problema da energia subsiste. E o que nós temos, neste momento, continua a ser, rigorosamente, a mesma questão. É claro que a pressão à EDP é feita. Agora, nós andamos nisto desde 2020. E já no projeto havia essa lacuna. Nós tínhamos pedido, também como era previsível, já tínhamos falado nisso também na última reunião, pedimos um parecer à Fiscalização que eu, de alguma maneira, se não se importarem, acho que para cabal esclarecimento, fazia sentido ler, ou pelo menos dar essa nota, aqui e é assim: A instalação não está em funcionamento, exclusivamente devido às dificuldades no fornecimento de energia definitiva. Este é o parecer da Fiscalização. O procedimento de licenciamento foi efectuado na Direção-Geral de Energia e Geologia em fins de setembro, inícios de outubro. E depois veio o parecer a dizer que não tinha condições para a infraestrutura estar disponibilizada.

Portanto, foi rececionado o parecer da Direção-Geral onde diz que havia um conjunto de medidas que tinham que ser implementadas para o edifício poder estar, o reservatório poder estar disponível. Entre elas, a melhoria dos valores das resistências de contactos elétricos de terra para valor regulamentar, que não tinha, das instalações do PT e do grupo gerador, que era o que nós estávamos a falar e da alteração do quadro de transferência para fora do PT.

Isto, portanto, é o que vem no parecer da Direção-Geral de Energia e Geologia. Eu posso facultar o parecer também, sem problema algum. E dizer que o que diz é que, em obra, há necessidade de haver alteração do quadro de transferência para fora do PT, que não estava consignado. E, portanto, foi colocada esta questão à consideração do Consórcio, ao Opualte, que está com a gestão e a Sotecnisol, tendo-se recebido uma proposta, que já foi recebida, de trabalhos complementares, na ordem dos 6.500,00 euros, como solução da alteração do quadro solicitada. E também a realização de medições de terra e análise de medidas a implementar.

Portanto, são estas questões, foi o parecer que veio da Direção-Geral de Energia e Geologia. E, portanto, o problema não é só elétrico, também há outras questões que estão a ser resolvidas. A execução do quadro de transferência tem previsão de conclusão na próxima semana. A intervenção no local, com remoção da cablagem existente e colocação de nova cablagem, montagem do quadro elétrico e trabalhos de apoio de construção civil está previsto na semana de 7 a 11 de março. E, depois, a nível do projeto de licenciamento, alterar o projeto de licenciamento em conformidade com as alterações da Direção-Geral de Energia e Geologia, da ação do Projetista durante a segunda semana de março.

Dizer ainda que depois, após esta data, é apresentada a execução das medições, são testadas, são enviadas à Direção-Geral de Energia e Geologia e depois desse parecer serão implementadas e os Serviços, se não houver mais nenhum impedimento, ou nenhum parecer negativo, ou mais alguma correção solicitada pela Direção-Geral de Energia e Geologia, poderá o edifício estar pronto para funcionamento. Mas, a realidade, como o Senhor Professor Borges sabe, é que não funciona porque o problema estrutural da energia continua e não foi resolvido.

Sobre as águas residuais da Ribeira de Travassos, de alguma maneira também falaram sobre isso. Não, não são 4.000,00 euros, Senhor Professor Borges. O que nós estamos a falar era de outra questão. Havia ali não só falta de pagamento, mas falta de cabimento, que nos causou constrangimentos diversos. Embora também lhe admita que também uma questão como esta podia ter outras soluções, mas tivemos condicionalismos de diversa ordem porque os fornecedores, agora não há muito fornecedor que faça, passo a redundância, o fornecimento do reagente que nós tínhamos. Nós abrimos agora um concurso e só também duas empresas é que concorreram. Uma

delas era o fornecedor que era a Quimitejo, uma empresa do Norte, que tem um orçamento de quase o triplo do que era a Quimitejo. A Quimitejo recusou-se a fornecer-nos reagentes enquanto não fosse saldada a dívida que tínhamos.

Em relação à dívida que tínhamos, depois nós apurámos que os valores que eles apresentavam também não batiam bem connosco, pelos valores que nós tínhamos, com os Serviços Financeiros da Autarquia. E, aí, podemos, eventualmente, aí é que podia ser feito alguma coisa. Mas é assim: mas estava lá a dívida e eles recusaram-se, liminarmente, enquanto não fosse saldada a dívida, a ser feito isso. Se, eventualmente, o cabimento estivesse feito, se tivesse já sido feito algum pagamento, que não foi feito nenhum em 2021, eventualmente, se calhar, não teríamos este problema.

Eu não gosto muito de justificar-me com erros dos outros. Não gosto, particularmente, de fazer isso. Gosto de fazer o histórico, a coisa é como é, é assim. Agora, se podia, eventualmente, nós também termos agilizado outra solução? Se calhar, sim. Não tenho problemas nenhuns em dizer isso. Agora, o que é certo é que, independentemente disso, o que é estrutural, o que devia ter sido feito não foi feito e condicionou bastante para a resolução do problema.

O que é que aconteceu lá? O que acontece lá foi, ao não haver reagentes, tivemos a dita espuma que se falou. Desde a primeira hora que nós quisemos resolver isso e acreditamos que agora será, finalmente, resolvido. E como nós convidámos a Câmara Municipal de Carregal do Sal e a Junta de Freguesia de Beijós para uma reunião, fizemo-la há 15 dias uma primeira reunião e hoje outra, já lá vamos.

Nessa primeira reunião foi explicado isso. Tanto a Câmara Municipal de Carregal do Sal, como a Junta de Freguesia de Beijós, disseram que foi a primeira vez que foram recebidos. Se isso é verdade, ou não, é o que eles nos disseram, pela Câmara. E disseram que era um problema recorrente. Nós já tínhamos este problema com a ETAR de Nelas II, também com, sim, sim, aqui. Não, mas recebidos lá. Ó Professor Borges, não são palavras minhas. São palavras deles. Não estou a dizer o contrário. Estou a dizer palavras deles. Ó Professor Borges, palavras deles. Tive o cuidado de dizer isso.

E dizer mais o quê? Que, independentemente disso que o que ficou definido com a Câmara e com a Junta é que é assim: Nós, havia o problema já com a ETAR de Nelas II, que a ETAR de Nelas III resolveria. Mas haverá sempre a maneira, mesmo depois de estarem tratados os efluentes ser descarregado na Ribeira. Com a reutilização das águas residuais esse problema ficará resolvido. Até lá, a solução que nós apresentámos permitirá, pelo menos, que mais de metade do que é a água para fins industriais possa ser utilizada numa das empresas. Neste caso, a Borgstena. E vamos ver com a LusoFinsa, embora seja mais difícil em termos operacionais e técnicos, isso. Mas reduzirá bastante isso.

O que nós conseguimos aqui foi assegurar um fornecimento contínuo dos reagentes. Abrimos um concurso para fornecimento anual. O fornecimento que era feito era esporádico. Não era anual. Era um fornecimento para um, dois meses. Não era anual. E nós avançámos para o fornecimento anual de forma a evitar que haja falta de reagentes para isso acontecer e asseguramos que os reagentes mesmo com um concurso que fizemos agora a curto prazo, de forma a não faltarem reagentes. Estamos a falar em reagentes, para ficarem com uma ideia, estamos a falar de um valor bem substancial. Mais do que o que estavam à espera, eventualmente. São 118.000,00 euros + IVA em reagentes para um ano. Estamos a falar de um valor bastante significativo e, além dos custos todos que estão associados, também diretos, as taxas hídricas, a manutenção.

Portanto, nós estamos também, pedimos para fazer um levantamento de todos os custos para também termos a noção disso. Mas também é normal. Também os custos inerentes a isso têm

que ser pagos. E nós, depois, também os iremos pagar com a atualização do saneamento. Como é óbvio, já toda a gente sabe isso.

Agora sobre a reunião de hoje, a reunião de hoje foi com a Câmara Municipal de Carregal do Sal e a Junta de Freguesia de Beijós e era o que estava definido. Foi com uma visita à ETAR e ver já o resultado da aplicação dos reagentes. O Rio, o caudal, já está, não direi translucido, transparente, aliás, mas está muito bom, em muito bom estado. Nós fomos lá. Eles próprios reconheceram isso. Tivemos uma boa Comissão de boas vindas. Quando chegámos à ETAR estava lá a Comissão de Beijós para nos receber, o que é bom. Foi uma boa Comissão de Receção. Nós convidámos, inclusivé, estavam lá 50, 60 pessoas, talvez, mais coisa, menos coisa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, eu peço desculpa mas ultrapassámos já em meia hora este Período. Portanto, apelava ao seu poder de síntese.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu estou a tentar mas as perguntas são tantas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas pelo respeito pelos esclarecimentos solicitados. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu vou tentar ser sintético. Depois, se não conseguir, na próxima Assembleia eu continuo os esclarecimentos. Não há problema. Concluo isto porque é importante esta parte por causa da celeuma que também houve. Três representantes da Comissão acompanharam a visita e fomos a diversos pontos a jusante da Barragem, começámos pela Barragem e acabámos em Beijós.

E, portanto, foi criada uma Comissão de Acompanhamento que, mensalmente, vai com representantes da Câmara Municipal de Carregal do Sal, de Nelas e da Junta de Freguesia de Beijós. Não fazem parte da Comissão, mas terão acesso aos documentos e aos dados que serão feitos. Portanto, essa questão é uma questão que julgamos estar resolvida definitivamente e não acontecerá, não foi agora só que aconteceu. Desde junho, aconteceu mais vezes. Esta questão de haver ineficiências, que foi a terminologia usada, já aconteceu outras vezes a partir de junho. É a terceira vez que acontece. Portanto, sobre isso, está feito.

Sobre o Senhor Professor Borges, as suas questões, não sei se, eventualmente, lhe consegui responder a tudo. Está ali o André também e o Pedro Pinto, sobre a Estrada Carvalhal Redondo - Canas de Senhorim, está concluída, embora o Senhor Presidente da Junta pede agora que também no outro lado também haja uma atenção para isso também.

Obviamente, associamo-nos, como já dissemos, ao Voto de Louvor dos Bombeiros.

O Projeto de Apoio Social aos Bombeiros já foi apresentado na anterior Câmara. Na primeira vez não foi aceite. Depois, voltou a ser insistido e ficou para estudo do impacto financeiro que, eventualmente, teria também. E, portanto, é nesse pé que isso está e para ser, eventualmente, retomado.

Sobre os seguros dos Bombeiros é um seguro que foi prorrogado, que foi continuado. A ideia de melhorá-lo é uma questão que pode ser vista, mas foi, automaticamente, renovado, Senhor Deputado Pedro Pinto. E os Serviços foram céleres, bastante céleres, na altura. A Eng.ª Inês, a primeira coisa que fez foi isso. A seguradora, depois, é que demorou um bocadinho. Depois nós é que pressionámos para depois a coisa andar mais rápido. A Eng.ª Inês foi de uma eficiência, a todos os títulos, notável. Pronto. E queria também deixar claro que, em termos de Serviços, foi tudo muito bem feito.

Em termos de Proteção Civil, sim, o acidente foi acionado. Agora, há sempre coisas, obviamente, para melhorar. Isso é uma questão.

Não sei, Senhor Deputado Pedro Pinto, estou em contra-relógio aqui com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não sei.

Sobre o Senhor Deputado João Alfredo, da questão das Estradas Nacionais n.ºs 231 e 234, rapidamente, é assim: Há sempre os projetos do IC 37 e do IC 12, que não há maneira de saírem das gavetas. E, embora, agora tenhamos, e, em abono da verdade, a Modernização da Linha da Beira Alta, que já está e que vai causar transtornos. Estas coisas são como são. Mas depois daquilo estar concluído, se calhar, esquecer-mos-emos isso um pouco. Mas até lá vai ser complicado. E nós vamos ter, hoje tivemos a informação das Infraestruturas de Portugal, vai estar encerrada desde 14 de abril, durante 9 meses, até 14 de janeiro de 2023, sensivelmente, a circulação de comboios.

Portanto, a seguir à Pascoa e até ao início do próximo ano, desde a Pampilhosa até à Guarda, vão deixar de circular comboios na Linha da Beira Alta porque a empreitada vai ser feita de seguida. Vai ser feito como havia as transvases antigamente dos comboios, com autocarros até à Pampilhosa e a partir da Guarda para cima. São 9 meses sem comboio. Mas, pronto. Não há nada a fazer.

O IC12 continua a ser uma questão que estava em cima da Mesa, alegadamente, para o Programa de Recuperação e Resiliência. A ver vamos, mas até agora também não há nada de especial.

Sobre o IP 3, também vai haver o corte do IP 3 durante o mês de março, começa agora no dia 9. Também durante o mês todo de março vai estar interrompido na Livraria do Mondego, sensivelmente. A circulação vai ser feita pela estrada antiga do Bussaco. E, portanto, vamos ter esses condicionalismos.

Sobre estacionamentos, eu, pronto, vou tentar resolver. A questão dos estacionamentos é uma questão premente. Não se pode fazer tudo.

As recomendações da Ribeira de Travassos, não sei, Senhor Professor João Alfredo, só falar da questão, de tudo o que eu falei, apresentada pelo Senhor Professor Borges, se respondi, ou não.

Das placas toponímicas, agradecemos a recomendação. Vamos falar também aos Serviços nessa questão, eventualmente, algumas placas precisarem de ser reavivadas, digamos assim.

A solidariedade com o Povo da Ucrânia, digamos que é transversal a todos nós.

Do Senhor Deputado Rui Costa, sobre o Carnaval dizer duas coisas que são importantes também, que houve reuniões da Câmara com as Associações desde o início. E havia a questão, quando foram feitas estávamos no pico dos casos a acontecer da pandemia em Nelas. E, portanto, havia restrições e o que estava em cima da Mesa na altura era não haver o Carnaval como não houve em 2021. Nós, inclusivé, a ideia que havia era num primeiro momento era haver só em Nelas, por proposta nossa, do Executivo, a decoração das rotundas pelos Bairros da Igreja e do Cimo do Povo e dos espaços comerciais, nomeadamente, restaurantes e lojas comerciais, com trajes carnavalescos para, de alguma forma, invocar o Carnaval. Foi feito, tanto pelo Bairro da Igreja, como do Cimo do Povo. E o Cimo do Povo, inclusivé, vai fazer um desfile de bombos no Carnaval, que tem oito bombos.

Em Canas de Senhorim a ideia que havia, proposta pelos Bairros, era haver um carro de som e funcionar como em 2021, sendo que as pessoas não participavam, não havia desfile e assistiriam na varanda à passagem do carro de som. Nós, depois, também consensualizámos que,

se calhar, podiam-se fazer reuniões mais próximo e iriam ver a evolução porque havia a ideia que podia evoluir no sentido positivo e ainda bem que isso foi consensualizado porque se se tivesse fechado isso logo na altura teria inviabilizado o que vai acontecer, que é com desfile. E, portanto, isso foi prolongado. Houve um desanuviamento dessa questão. Agora também passou para endémico. Portanto, é uma questão que temos. Eu também apanhei. Muitos dos que aqui estão também. Portanto, é uma questão natural e que aconteceu já, naturalmente.

Sobre a questão da seca, há aqui uma parte também que é importante. Tem a ver com o que é os Planos Estratégicos.

Sobre a Barragem, Senhor Deputado Rui Costa, julgo que já está respondido. Há outra questão que é sobre os incêndios que nós estamos a atualizar do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Fica concluído até meados de março para depois ser submetido à Comissão Municipal de Proteção Civil, mas também ao ICNF. O que há ali é questões que têm a ver com as questões dos pontos de água que não estavam, devidamente, contemplados. A Lei obriga a haver uma maior proximidade de pontos de água e é isso que está a ser trabalhado nesse sentido, inclusivé aquela questão que nós falámos da charca para o aproveitamento da água da ETAR de Nelas III.

Sobre a Rotunda do Chão do Pisco, sim, há trabalhos a mais e têm a ver com a parte, quer do muro, quer de uma acessibilidade que terá de ser feita, que não foi contemplada no projeto de raiz, Senhor Deputado Rui Costa.

O Mercado Municipal de Nelas tem a ver com a execução e com trabalhos a mais e que nós estamos, neste momento, em negociações com o empreiteiro para tentar resolver isso. O grau de execução é baixo. Nós temos que acelerar porque muitos dos projetos têm timings e prazos para serem concluídos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, não acabei. Em relação ao Senhor Deputado André Borges, a Estrada Caldas da Felgueira – Canas de Senhorim é a mesma coisa com a questão dos empreiteiros e está a ser resolvida. E o Parque Infantil está consignado também na Requalificação, quer na parte que já foi feita do talude, quer do muro que também está concluído, das Caldas da Felgueira.

O lítio, é uma pena falarmos disso agora, assim de uma forma também assim tão simples, mas é assim: Houve uma reunião no dia 10 de fevereiro com o Senhor Ministro do Ambiente, o que era o Senhor Ministro do Ambiente, porque já, alegadamente não será ele a continuar como Ministro do Ambiente e com o Senhor Secretário de Estado, em Lisboa, no Ministério do Ambiente, sobre a questão do lítio. Na questão do lítio, o Município pronunciou-se, por unanimidade, contra a prospeção e a exploração do lítio. Academicamente, se calhar, até eramos capazes de ser favoráveis à prospeção para conhecermos o nosso solo porque acho que era de uma importância vital, eu acho.

Se fosse só o Estado a fazer isso, quer em termos agrícolas, quer em termos até de água e de resolver problemas estruturais de água e da parte dos minerais do nosso subsolo, era fantástico, que era, aliás, o primeiro projeto falava em prospeção e depois punha a exploração noutro patamar. O novo Diploma que veio junta os dois e não estão dissociados. E, portanto, nós votámos contra. Dissermos isso diretamente também ao Senhor Ministro. Não só nós, como muitos dos outros Municípios que estiveram lá.

No nosso Concelho, há ali umas nuances que muda a área. Uma das áreas mais afetadas é a Freguesia de Santar. Santar continua a ser afetado. São quatro Freguesias que são afetadas:

Santar, Vilar Seco, Senhorim e Nelas. Sendo que Santar, agora, mudou. Havia uma parte substancial de Santar que passou agora para noroeste, ali na parte do alto de Casal Sancho, que faz depois ali a fronteira. Depois segue ali por Vilar Seco e Senhorim. Faz aquele eixo todo ali do norte. E o do norte também da Freguesia de Nelas. Na Zona Industrial, mais ou menos, faz ali aquela parte, o que, provavelmente, por ser Zona Industrial e com as regras que há, poderá inviabilizar alguma coisa que possa ser feita. O que é bom para nós.

Se for verdade respeitar um quilómetro de distância da zona habitacional, vamos ver. É este o compromisso que está público e está feito. E há também o desafio, se a Assembleia Municipal assim o entender, do próprio Ministério e de todos os Organismos virem fazer uma sessão com a Assembleia Municipal para esclarecer as novas prorrogativas, se for o entendimento da Assembleia Municipal também que seja feita essa sessão.

Para concluir, ainda a questão do lítio, uma Freguesia agora que muda substancialmente e fica com uma área bastante significativa, duas, é Vilar Seco e Senhorim. Ficam com áreas bastante ocupadas na questão do lítio. E, portanto, a nossa posição foi no sentido de sermos contra a prospeção e a exploração, não invalidando que a decisão final será sempre do Estado porque é um assunto do subsolo e o que nós podemos fazer é mais força política. É o que temos feito mesmo junto à CIM e aos outros Municípios. E, havendo a possibilidade de nos juntarmos com outro Município, que estamos a estudar isso, fazer uma Providência Cautelar.

Mas, pronto, mais do que isto é sensibilizar e depois tentar. Este processo de prospeção será feito nos próximos 4 anos, até 2025, inícios de 2026. E, portanto, só daqui a um ano, sensivelmente, é que começará. Tenho pena que seja tratado pela rama. Numa próxima Assembleia Municipal, se houver mais tempo para abordarmos isto.

Em relação às passadeiras, já foi solicitado à Infraestruturas de Portugal, o que tem que ser solicitado. O reforço do pedido já foi também efectuado e, portanto, estamos à espera de autorização para isso.

O reservatório da água, Senhor Deputado André, julgo que também já está respondido.

O estacionamento junto dos Correios tem a ver com uma questão. Nós falámos nisso por causa da Requalificação do Largo do Escanção, que também estamos a avançar nesse sentido. O que nos foi dito na altura era por causa do espaço. É assim: Para avançarmos para a Requalificação do Largo do Escanção uma das questões que nós gostaríamos era tirar de lá o estacionamento. E ponderou-se que o estacionamento podia ser noutro local. E o que nos foi dito é que os sete locais de estacionamento, tanto estão lá, como estão no Largo da Estação, porque é um imperativo legal. Como há sete alvarás dos taxistas, é obrigatório o Executivo fornecer-lhes isso nos dois espaços. Um na via pública, que é aquela que ali está e outra ali.

É claro que estão lá só três táxis. Mas são sete alvarás e há obrigatoriedade. Mas não há nada a fazer contra isso. A única coisa que se pode fazer é, eventualmente, tirar dali os sete lugares e metê-los noutros quaisquer. Mas isso também não é, propriamente, fácil que seja feito.

Sobre os arbustos, foi feita a regularização há pouco tempo, foram cortados. Os Serviços também nos informaram isso.

Em relação às cabines das paragens dos autocarros, o levantamento foi feito. Há um procedimento que é feito concursal. E isso também está a ser tratado, Senhor Deputado.

Eu não sei se me esqueci de alguma coisa das suas questões. Se houve alguma que ficou por esclarecer, se não se importar, na próxima Assembleia continuamos, está bem?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Se os Senhores Deputados considerarem os esclarecimentos do Senhor Presidente mais que suficientes podemos encerrar esta parte.

Então, encerramos o Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos ao Período seguinte, Período da Ordem do Dia.

Nos termos regimentais, refere aqui o Artigo 19.º o seguinte: No início do Período da Ordem do Dia, o Presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos. São 4 os assuntos. Eu vou referi-los muito resumidamente.

O primeiro ponto é Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. Todos os Senhores Deputados receberam esta informação que contém cinco páginas, onde estão elencados todos os trabalhos que estão, neste momento, em execução e a parte final, na quinta página, poderão verificar os Senhores Deputados que estão os dados sobre a situação financeira do Município em que refere que a dívida de médio e longo prazo é de 9.613.664,58 euros e a dívida orçamental de curto prazo é de 2.895.143,80 euros.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo.s Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a Vªs Exas a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de janeiro de 2022, bem como a sua situação financeira.

INFORMAÇÃO SOBRE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

- Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias.
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho.
- Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas.
- Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias.
- Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias.
- Prolongamento de ramais de água e saneamento.
- Requalificação da Rede Viária.
- Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho.
- Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais.
- Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas.
- Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas.
- Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Feira em Canas de Senhorim.
- Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Fojo em Canas de Senhorim.
- Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente.
- Construção do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia (CRO).
- Construção da Área de Serviço de Autocaravanas.
- Requalificação da Rede Viária Florestal no Concelho – Zona Centro.
- Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar – “CAVES”.

- Requalificação do Mercado Municipal de Nelas.
- Execução de Rotunda na EN 234 ao Km89+850 – protocolo estabelecido entre o Município de Nelas e as Infraestruturas de Portugal.
- Reabilitação e ampliação do Parque Industrial de Nelas I – Lote 2.
- Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas.
- Obras de Urbanização do Processo de Operação de Loteamento nº5/1999 – na sequência do acionamento da caução.

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

- Atualização de aplicações do ERP AIRC.
- Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização.
- Atualização de software e firmware da storage.
- Suporte aos utilizadores da rede informática do Município de Nelas e escolas.
- Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos.
- Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático.
- Resolução de 254 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Projeto "Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um modelo, catorze municípios".
- Disponibilização dos formulários nos Serviços Online em articulação com a implementação do "Portal do Munícipe", projeto âncora da candidatura da CIMVDL cuja execução física foi concluída no período em referência.
- Projeto "Serviços para o Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões.".
- O projeto em consideração está na fase onde se pretende a consolidação da implementação da reengenharia e desmaterialização de processos e dos sistemas suporte.
- Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas realizou 5177 atendimentos, tendo-se verificado que os posto de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram responsáveis por 44% do total destes seguidos do ISS e das Finanças com 32% e 24%, respetivamente:
- Frequência dos cursos "Desafios da Gestão de Uma Loja de Cidadão" da AMA - Agencia para a Modernização Administrativa, I.P, "Desafios e Requisitos dos Atendedores" e "Orientação Para o Serviço Publico no Atendimento", todos ministrados pela AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
- Reforço do número de funcionários em condições de desempenhar funções de mediador de atendimento nos front-Office do Balcão do Cidadão / Câmara Municipal através da inscrição de duas funcionárias no curso de formação de "Mediadores de Atendimento Digital", da AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

SERVIÇO DE DESPORTO

- Continuidade do projeto "Crianças em Movimento…", dirigido aos alunos dos jardins-de-infância do concelho, em cumprimento com as regras impostas pela DGS, no âmbito da prática desportiva nas escolas.
- Cedência das instalações do Pavilhão Desportivo, ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal.
- Cedência das instalações do Pavilhão Desportivo, para treinos de Futsal da Associação Social e Cultural dos trabalhadores da Câmara Municipal de Nelas.

- Cedência das instalações do Estádio Municipal, para treinos nos escalões Sub11, sb17 e seniores e jogos oficiais do SL Nelas.

- Cedência das instalações do Estádio Municipal, para treinos e jogos particulares do SCN e Veteranos.

- Utilização das instalações do Estádio Municipal, para treinos do Futebol Clube de Oliveira do Hospital até 15 de dezembro de 2021.

- Abertura das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2021/2022, no dia 10 de janeiro, com o início das aulas da Escola Municipal de Natação, Natação (a partir dos três anos), Hidroginástica, Utilização Livre (sem orientação técnica). À presente data estão inscritos 161 utentes nas aulas com orientação técnica. A reabertura das instalações teve em conta as orientações da DGS, com horário adaptado e número de alunos por grupo menor que o normal.

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

- Início do ano letivo 2021/2022 com novo horário e com mais ofertas formativas.

- O ano letivo 2021/2022 iniciou no dia 1 de outubro, com a oferta de 22 disciplinas e com os 5 pontos itinerantes em funcionamento (Póvoa de Santo António, Santar, Urgeiriça, Carvalhal Redondo e Vilar Seco).

- Aula de mobilidade física aos utentes do Centro de Dia da Associação do Folhadal.

- Sessão de abertura do novo ano letivo com uma Ação de Informação sobre "Alzheimer e outras Demências", associando-se assim o Dia Mundial da Doença de Alzheimer.

- Participação da Universidade Sénior na Semana Europeia do Desporto, na valência de Atividade Física Sénior.

- Coro Misto atua no Centro Paroquial de Nelas e no Centro de Dia do Folhadal.

- Ação de Informação sobre "Os principais erros alimentares".

- Ação de informação sobre "Leitura de Rotulagem Alimentar" no Projeto Itinerante da Universidade Sénior de Nelas.

- Participação no Congresso "Pensar a Terceira Idade, conceitos e práticas".

- Participação na III Semana da Terceira Idade do Centro de Dia do Folhadal, com apresentações dos alunos da Disciplina de Teatro da USN.

- Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa.

- Histórias de Vida e Vida com Histórias – Nova atividade em parceria com a Biblioteca Municipal António Lobo Antunes.

- Alunos da Universidade Sénior visitam Laboratório Móvel das Ciências Viseu Dão Lafões.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

- Considerado o período de 1 de dezembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022, foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 12 agregados familiares.

- A Loja Solidária de Nelas, contou com 20 doações de diversos artigos (vestuário diverso, mobiliário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares e 1 doação dos alunos da Escola Fortunato de Almeida de Nelas. No mesmo período, 3 agregados familiares realizaram marcação e beneficiaram dos produtos disponíveis na loja.

- O Banco Local de Voluntariado tem um projeto ativo que integra uma equipa de 11 voluntários no Centro de Vacinação de Nelas, desde o passado dia 10 de janeiro de 2022. Este grupo de voluntários, assumiu o compromisso de realizar um trabalho diário, que se torna essencial para o cumprimento dos objetivos de vacinação propostos diariamente no Concelho.

- Relativamente ao Programa Abem, foram entregues 5 Cartões Abem no passado dia 18 de janeiro de 2022. O Cartão Abem, possibilita aos beneficiários, o acesso a medicamentos prescritos por receita médica e comparticipados pelo SNS.

- No âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da Ação Social, de acordo com o previsto no DL n.º 55/2020, de 12 de agosto e regulamentada pela Portaria de 66/2021 de 17 de março, surge como competência desta autarquia a elaboração da Carta Social Municipal, o que à presente data se encontra em desenvolvimento pelas técnicas do Serviço, bem como a respetiva atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social.

- O Serviço Municipal de Apoio à Economia Social, para além dos projetos individuais, tem desenvolvido um trabalho diário e continuo de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias que se encontram em isolamento pela COVID19. No período de referência, também, foram realizadas várias visitas domiciliárias a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento.

- Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL, criada na sequência do protocolo de cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação celebrado a 14 de maio de 2021, entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Nelas, o projeto encontra-se na primeira fase, nomeadamente na elaboração do Diagnóstico. O Diagnóstico é definido e validado por 40 indicadores, distribuídos por 7 áreas de intervenção, nomeadamente, Solidariedade Social; Educação e Capacitação; Emprego; Saúde; Cultura; Desporto e Política; para as quais já foram criados grupos de trabalho.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SEC

- Distribuição de Pais Natal de chocolate a todas as crianças do Ensino Público e Privado do Pré-Escolar e do 1º CEB.

- Espetáculo natalício para todas as crianças do Ensino Público do Pré-Escolar e do 1º CEB.

- Projeto "Até Já Escola – Natal 2021", (Espetáculo As coisas que o saco diz…).

- Projeto "Férias em Ação – Natal 2021".

- Encerramento do 1.º Período:

- Avaliações das Atividades de Enriquecimento Curricular (Ficha de Avaliação Individual e Relatórios dos Docentes);

- Exposição Itinerante – "Ideia com Futuro – Reciclar no Planalto Beirão", dirigida aos alunos do 6.º ao 12.º ano da EB Fortunato de Almeida e Escola Secundária de Nelas;

- Escola Municipal de Música: preparação da audição final de 1º período, suspensa devido à pandemia; realização de diversos trabalhos no âmbito da área da Música com os alunos das disciplinas de Pré-iniciação, Iniciação Musical, Coro e Música para Adultos – devido à Pandemia, os trabalhos foram desenvolvidos internamente; realização de um vídeo com uma Peça de Teatro natalícia, partilhado nas Redes Sociais, no âmbito do Projeto "Todos ao Palco" (área de Teatro).

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

- Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de janeiro de 2022:

a) A dívida de médio e longo prazo foi de 9.613.664,58€;

b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 2.895.143,80€.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O ponto n.º 2, que é - Aprovar o projeto de Regulamento para isenção de derrama. Os Senhores Deputados também receberam o Projeto de Regulamento, que são apenas 10 artigos, que permite às empresas que têm um movimento, um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00 euros, requererem, naturalmente, esta isenção, cujo valor já foi aprovado na última Assembleia Municipal.

O ponto n.º 3 é relacionado com a Ação Social. Eu gostaria de referir aqui que na semana passada participei, estive presente nas três reuniões que ocorreram com o Executivo. A primeira relacionada com a Saúde. Não a segunda, relacionada com a Saúde e como já referiu o Senhor Presidente da Câmara, implica que passem para os Quadros do Município dois Assistentes Operacionais, além de receber o edifício onde funciona a Unidade de Saúde Familiar de Canas de Senhorim e o edifício do Centro de Saúde de Nelas.

Tivemos outra reunião relacionada com a Educação. Aqui, como já referiu o Senhor Presidente da Câmara, vão transitar para os Quadros do Município, 90 Técnicos Assistentes Operacionais. Tudo se manterá como está atualmente porque apenas serão processados os salários na Câmara Municipal. E, naturalmente, o Município vai receber também os dois edifícios.

Mais complicado é o da Ação Social, que é o ponto que estamos aqui a discutir hoje porque os Senhores Deputados também receberam esta informação de que é muito mais complexo e, portanto, não pode entrar já em vigor. Isto é, esta delegação de competências não pode ser assumida pelo Município já no dia 1 de abril como as outras duas anteriores porque, entretanto, em face desta complexidade, enfim e pelo facto dos Municipios não estarem preparados para isso, foi, digamos, alargada a possibilidade de apenas virem para a responsabilidade das Câmaras Municipais a partir de 1 de janeiro de 2023.

Ora bem, esta proposta de relegar isto até ao final do ano tem que ser aprovada até 14 de março de 2022 e daí a razão por que veio aqui à Assembleia Municipal.

O último ponto está relacionado com a atividade da CPCJ, que é, apenas para conhecimento.

Então, agora, a partir daqui, começaríamos por analisar ponto por ponto e daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, de facto, informar a Assembleia sobre a atividade da Câmara Municipal. Tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente.

Depois de me ter alongado no Período de Antes da Ordem do Dia, para não me alongar mais, como receberam a documentação, está aí a atividade que foi feita no período que mediou desde a última Assembleia. E, portanto, a não ser que haja algum esclarecimento, eventualmente, que possa prestar, Senhor Presidente, julgo que, se as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados não se importarem este ponto estaria dado como informado, uma vez que o documento foi, atempadamente, disponibilizado às Senhoras e aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, eu punha a questão dos Senhores Deputados se pretendem algum esclarecimento sobre este Relatório da Câmara Municipal relativamente à atividade municipal e, de facto, à situação financeira do Município.

Algum Senhor Deputado tem algum esclarecimento a pedir? Parece que não.

Passaríamos, então, ao ponto 2.2 - Aprovar o projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2022, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2022.

Os Senhores Deputados também, como já referi há bocadinho, têm este Projeto de Regulamento. São apenas 10 artigos. E, portanto, as empresas que assim o entenderem podem requerer a isenção desde que tenham um volume de negócios inferior a 150.000,00 euros. Eu punha, portanto, a votação. Ou querem algum esclarecimento antes?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, o Senhor Presidente da Assembleia já resumiu, perfeitamente, o ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Algum Senhor Deputado quer algum esclarecimento sobre este Regulamento quanto à derrama? Não querem. Então, íamos pô-lo a votação. Quem se abstém? Quem vota contra? Então, aprovado, por unanimidade. Faz favor de ler a minuta da ata.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Aprovar o projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2022, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2022, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade, a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

- A respetiva minuta foi aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O terceiro ponto é o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais com base no Decreto-Lei n.º 55/2020, que agora foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social.

Portanto, os Senhores Deputados também receberam, de facto, toda esta documentação relacionada com esta possibilidade de no dia 1 de abril não ser assumida pelos Municípios, aqueles que entenderem que não a devem assumir e que apenas passarão a assumi-la no dia 1 de janeiro de 2023 e, inclusivé, junta-se o Decreto-Lei que regulamenta esta possibilidade de alteração, ou da prorrogação quanto ao assumir de tais competências.

Perguntava se os Senhores Deputados pretendem algum esclarecimento quanto a este ponto. Então, se nenhum dos Senhores Deputados pretende nenhum esclarecimento, parece que o Senhor Presidente da Câmara tem alguma coisa a dizer relativamente a este ponto. Faz favor, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente. Relativamente ao que foi dito sobre a delegação de competências, tanto na Saúde, como na Educação, remetia, então, da Ação Social para este ponto. A Ação Social era para ser feita na mesma, a delegação de competências, no mesmo prazo das outras transferências de competências.

Nós recebemos no dia 14 de fevereiro um ofício da Associação Nacional de Municípios em que a proposta formulada ao Governo pela Associação Nacional de Municípios tinha sido prorrogado o prazo para as Autarquias, que assim o entendessem, até 1 de janeiro de 2023.

Obrigava a que fosse submetida à Assembleia Municipal devido a ser até 14 de março, incluímos isso hoje e fizemos hoje uma reunião extraordinária em reunião de Câmara. A sua proposta da reunião de Câmara vem também então à Assembleia Municipal.

Dizer só três, ou quatro pontos muito rápidos. A reunião foi realizada no dia 17 de fevereiro com a Senhora Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu, a Dr.ª Márcia

Martins e com a Senhora Diretora do Núcleo de Resposta Sociais da Unidade de Desenvolvimento Social do mesmo Centro Distrital, a Senhora Dr.ª Neuza Festas, além da Senhora Diretora do ACES que também esteve presente.

O que é que isto vai implicar? Vai implicar que havia um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social que era prestado pela Segurança Social, pela Assistente Social da Segurança Social que vai deixar de ser feito. E, portanto, vai ser responsabilidade da Autarquia um Assistente Social nomeado pela Autarquia com a transferência de 22.441,00 euros, que é o que está definido pela Lei para esse Técnico fazer o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, permanentemente. O que acabará por ser positivo porque poderá ser ou alguém que, nós eventualmente, possamos contratar para o efeito, ou alguém que já está e que possa ser alocado, que seja num outro regime contratual e nós possamos alocá-lo a este regime contratual que é o que, em princípio, será efectuado. Esse Serviço de Atendimento e Acompanhamento também funcionava duas vezes por dia. A ideia é torná-lo mais alargado ao longo do período semanal.

Para este processo de delegação de competências tem que ser constituída uma Equipa Formativa que é, além deste Técnico Superior de Serviço Social, um Técnico de Informática para permitir a migração de informação para este Serviço de Atendimento e Acompanhamento.

Depois, também há uma outra parte que é o Acompanhamento das Famílias beneficiárias da Prestação do Rendimento Social de Inserção. Há, atualmente em vigor o acompanhamento das Famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção é feito com um protocolo entre a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia, que é o que está em vigor e implica, é o grosso do bolo. A transferência de competências são 106.797,00 euros, no total e o grosso deste bolo serão, então, os Protocolos de Acordos de Inserção do RSI porque têm a ver com o pagamento e com a operacionalidade que são 77.908,00 euros. Esse Serviço pode ser feito com a transferência de competências, futuramente, pela própria Autarquia. Ou pela Autarquia, ou manter com a Santa Casa da Misericórdia, ou outra IPSS. Não, necessariamente, com a Santa Casa da Misericórdia.

Só que, neste momento, como o contrato está feito, se nós enveredássemos por outra situação seríamos obrigados a indemnizar a Equipa que está formalizada. Portanto, a ideia do Executivo é continuar o que está a funcionar e deixar também o contrato ir até ao fim e depois avaliarmos qual será a melhor solução e, eventualmente, também se as outras IPSS,s, se estiverem interessadas em fazer este Serviço que implica também um conhecimento muito profundo para ser efectuado.

Nos subsídios eventuais, que são os apoios para transportes, medicamentos e outros semelhantes e apoios urgentes, são 6.448,00 euros e aqui, ao contrário da Educação e da Saúde, os Equipamentos não passam para as Autarquias. Continuam sob a égide da Segurança Social, quer as ERPI,s, as Residências para Idosos, quer os Centros de Dia, quer as Creches e os Recursos Humanos também, exceptuando aqueles que nós estávamos a falar, fica tudo afeto na mesma à Segurança Social. Os representantes nas Instituições, como a CPCJ, que hoje vamos falar, também se mantêm.

Há aqui uma questão para se esclarecer na próxima reunião. E, portanto, sobre este ponto fica por aqui, que é a questão do CLDS, que não vinha, que não foi referenciado nesta reunião, mas os nossos Serviços de Ação Social falaram de um Diploma quer vinha lá contemplado que, em princípio, deixam de ser do Centro Paroquial e passam para a Autarquia e isto tem que ser, devidamente, esclarecido porque implica, quanto mais não seja a estrutura financeira de funcionamento da própria Equipa do CLDS.

Finalmente dizer que, também por causa disso, está a ser ultimada pelos Serviços da Autarquia, da Ação Social, a Carta Social que é relevante que seja feita até no âmbito desta

delegação de competências. Isto sobre isto. E, obviamente, sobre a prorrogação, o parecer que vem, por unanimidade da Autarquia, gostaríamos que a Assembleia Municipal se associasse também à proposta da Câmara para adiarmos a assunção desta transferência de competências.

Obrigado pela vossa atenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não sei se os Senhores Deputados pretendem mais algum esclarecimento neste aspeto, mas, no fundo, aquilo que se pretende é o seguinte: É que, em face da complexidade desta questão da Ação Social e, contrariamente ao assumir das responsabilidades nos outros Setores, este, a Câmara apenas quer aceitar isto no último dia. Isto é, 1 de janeiro de 2023.

Portanto, é isto que vamos agora aprovar. Senhor Deputado António Borges, pretende algum esclarecimento? Muito bem. O Senhor Presidente pode explicar.

O Senhor Presidente da Câmara:

- O 1 de janeiro ainda podia ser de outro ano.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, punha-vos à votação uma vez que há urgência neste aspeto porque tem que ser comunicada até 14 de março de 2022. Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovado por unanimidade. Então, passaríamos à minuta da ata.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro – Prorrogação do prazo para o exercício das competências previstas no referido diploma legal – Deliberação.

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas no domínio da Ação Social, decorrente do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, tendo sido deliberado prorrogar o prazo, para o exercício das referidas competências, até 01 de janeiro de 2023 (deliberação esta ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro), para posterior comunicação à Direção Geral das Autarquias Locais, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem se abstém? Quem vota contra. Aprovada a minuta por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

- A minuta foi aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, agora o último ponto da Ordem de Trabalhos deste Período que está relacionado apenas com carater informativo da CPCJ de Nelas. Foi-vos enviado o respetivo Relatório também. Presumo que os Senhores Deputados o leram e, naturalmente, prestaram aqui atenção pelo menos a um dos mapas que vem aqui em que as situações de maior perigo são no período etário entre os 11 anos e os 14 anos em que houve 5 processos novos instaurados e 2 reactivados. Portanto, chamaria a atenção, se calhar dos Pais e dos Professores para esta idade complicada dos nossos

jovens entre os 11 anos e os 14 anos. Portanto, tem apenas caráter informativo. Daria por encerrado, a menos que algum dos Senhores Deputados queira algum esclarecimento neste ponto. Não querem.

Está encerrado este Período e então partiríamos para o último ponto que é o Período aberto ao Público. Eu perguntava aos que estão presentes se alguém quer fazer alguma intervenção. Se o fizer, faz favor de dizer o nome, a morada e qual é o assunto e tem 5 minutos para cada intervenção. Faz favor. Alexandre Borges, de Canas de Senhorim. Qual é o assunto? São vários? Mas diga-me um porque é regimental. Tenho que apontar aqui. Um só e depois alonga-se. Nos seus cinco minutos alonga-se. Sim Senhor. Mais alguém quer intervir neste período? Mais ninguém. É a única intervenção. Faz favor Dr. Alexandre Borges.

O Senhor Dr. Alexandre Borges:

- Muito boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Eu vinha aqui só deixar um alerta e uma sugestão.

O Parque da Urgeiriça, que foi obra da Empresa de Desenvolvimento Mineiro na recuperação do Couto, está num estado, não propriamente lastimável, mas a caminho disso. Sei que a Junta de Freguesia já fez algumas intervenções para poder solucionar algumas coisas partidas que estão por lá.

Obviamente, a dimensão do que é preciso ser composto, provavelmente não caberá à Junta. Sinceramente, eu acho que será à Câmara Municipal, ou a EDM a fazê-lo. Foi montado lá um Parque de Manutenção e grande parte daquilo está completamente ao abandono. Alguns já estão partidos. E, portanto, era interessante que a Câmara considerasse aquilo como um Ativo importantíssimo para o Concelho e que pudesse reabilitar, promover e eventualmente, até pressionar a EDM para que aquilo pudesse ser transformado numa espécie de Jardim Botânico, ou uma coisa do género porque, efetivamente, não serão todos os Concelhos que terão um Parque daquela dimensão e com aquele potencial e é uma pena que ele esteja onde está, só da maneira que está, só, provavelmente, porque é em Canas de Senhorim e não é em Nelas porque eu acho que se estivesse em Nelas não estaria assim.

E, portanto, eu gostaria de estar enganado e, portanto, lanço esse desafio. Se calhar o PRR tem tanto dinheiro, também deve ter para comprar umas árvores e fazer uma recuperação e melhorar aquilo.

Uma outra questão tem a ver com aquilo que já foi aqui debatido sobre a Ribeira de Travassos. Eu fico baralhado porque, se não há reagentes, eu não percebo porque é que a espuma não acontece todos os dias, só acontece de vez em quando. E gostava de perceber e gostava também que, efetivamente, os Responsáveis por aquilo fossem indicados, fossem apontados e fossem responsabilizados porque a mim irrita-me, enquanto Cidadão, ter que pagar a poluição que não é de todos, que é só de alguns. E que, se calhar, deviam, efetivamente, as pessoas que fazem essa poluição serem responsabilizadas. Adiante todo o resto. Se não há reagentes, eu acho que devia haver.

Eu vi uma ata da reunião de Câmara onde o Senhor Presidente assumiu que não havia dinheiro para comprar reagentes, nem para iluminação de Natal. O que é certo é que eu vi a iluminação de Natal. E estamos a falar de 7.000,00 euros, que é aquilo que está no BASE há dois, ou três dias. A Câmara gastou 7.000,00 euros para comprar reagentes. Eu aposto com quem quiser aqui que gastaram mais de 7.000,00 euros para a iluminação de Natal.

São prioridades. E acho que são prioridades erradas. E gostava de expressar essa minha opinião. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Dr. Alexandre Borges. Nos termos regimentais, neste Período de Intervenção aberto ao Público, a palavra é concedida ao Senhor Presidente da Câmara. Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu começava pela questão levantada pelo Municipe Dr. Alexandre Borges por causa da Ribeira de Travassos. Eu suponho que não estava cá quando falámos sobre essas questões. Não se estava quando falámos sobre isso, Dr. Alexandre, não sei?

O Senhor Dr. Alexandre Borges:

- Eu estava. Não sei é se ouvi tudo. Se calhar a culpa será minha.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ok. Não. Não. Não interessa culpas nesse aspeto. É assim: Aqui não é uma questão de prioridades. A prioridade foi resolver o assunto que o assunto está a ser resolvido. Eu tinha dito na altura que o que nós encontrámos, não sei se isso foi ouvido, é que a empresa que nos fornecia os reagentes não nos quis facultar os reagentes enquanto não fosse resolvida a questão toda. E não foi fácil resolver isso. E teve de ser resolvido doutra maneira. E nós também o que dissemos é que se, eventualmente, não houvesse essa questão para trás, a questão tinha sido resolvida de outra maneira, não invalidando isto das culpas que, eventualmente, não se tivesse resolvido de outra maneira. E isso também, acho que foi assumido, claramente sobre essa questão.

As prioridades são assumidas, Dr. Alexandre Borges. E tanto assim é que, acho que ouviu também, que foi lançado o concurso para evitar que tal situação se venha a repetir no futuro.

Sobre o Parque da Urgeiriça e da EDM. Eu não vou entrar na apreciação que fez sobre o local onde está situado. É assim: O Parque de manutenção é, naturalmente, um Ativo para o Concelho. Há ali uma questão que devia ter sido feita e falou e bem que temos de pressionar a EDM e resolver essa questão com a EDM porque é, claramente, uma questão que tem a ver com a EDM, não só do Parque de manutenção, mas também do edificado que lá há que podia ser e devia ser rentabilizado e colocada ao serviço do Concelho, da Urgeiriça e da Freguesia de Canas de Senhorim. E isso é uma questão que estará para ser feita, como a questão da EDM, sim. Mas não há qualquer incoerência nesse sentido e a Autarquia, naturalmente, não se eximirá às suas responsabilidades.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Encerrada a sessão. Desejo a todos Muito Boa Noite e cá estaremos, então, para abril.

Muito Boa Noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: